

# Cadernos Espinosanos



**ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII**

n. 44 jan-jun 2021 ISSN 1413-6651

IMAGEM Detalhe de página contendo quatro estudos das expressões faciais de Saskia van Uylenburgh, desenhos de Rembrandt van Rijn (1606-1669).

## HOBBS E AS PAIXÕES DA REVOLTA

Fran de Oliveira Alavina  
Professor, Universidade Federal dos Vales  
do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, Brasil  
fran.alavina@ufvjm.edu.br

RESUMO: Em continuidade a nossos estudos sobre os usos da retórica no pensamento de Hobbes, este trabalho aborda a relação entre *eloquência*, *paixões* e *revolta* na obra *Os Elementos da Lei Natural e Política*. Desse modo, explicita-se como os chefes de sedições e revoltas são necessariamente, segundo Hobbes, “homens eloquentes”. Trata-se não apenas de afastar a tradição retórica da fundação da ciência política, mas também de apontar os supostos danos causados pelos oradores na vida civil. Assim, está em questão a relação conflitante e – às vezes – contraditória entre *demonstração* e *persuasão* na filosofia política seiscentista, bem como o papel vinculante e constitutivo das paixões.

PALAVRAS-CHAVE: Retórica, política, eloquência, paixão, rebelião.

## I. CONTRA A REVOLTA, EM BUSCA DA PAZ: DIMENSIONAMENTO DA QUESTÃO

“Recorda-te enfim comigo desta última noite, e conhecerás que com muito maior cuidado velo eu para o bem da República do que tu para a sua destruição” *Orações (Catilinárias)* (CÍCERO, 1952, p. 215).

Qualquer leitor que tenha frequentado, ainda que minimamente, os textos de Hobbes, sabe que, nas páginas do autor inglês, não encontrará nenhum apreço pelos movimentos revoltosos e pelos homens revoltados. De fato, não se pode ser – ao mesmo tempo – *hobbesiano* e *revolucionário*. E não se trata apenas de uma contradição em termos.

A revolta nunca é vista com bons olhos pelo pensador inglês, tanto que dificilmente fala de *revolta legítima* ou *necessária rebelião de resistência*. Em sua afiada pena, *revolta* ou *rebelião* são sempre *sedição*<sup>1</sup>. O modo como Hobbes utiliza esses três termos dá provas de que, em seu vocabulário, eles nunca deixam de ser sinônimos. Do ponto de vista de quem ocupa o poder, seja indivíduo, seja grupo, qualquer ação de contestação será sempre vista como ilegítima. Se os que contestam saem do mesmo grupo, chamamo-los de *sectários*; se forem de um grupo já previamente opositor, são *facciosos*. Quaisquer dos dois tipos são, para Hobbes, condenáveis: ambos são do partido da dissidência.

1 O modo como Hobbes utiliza estes termos mostra que, em seu vocabulário, eles nunca deixam de ser sinônimos, alocados sempre no mesmo campo semântico de seu pensamento político.

Sabemos que tais aspectos estão atrelados à preocupação de Hobbes com as causas da guerra civil, os males advindos dos conflitos fratricidas e os prejuízos gerados por conflitos internos, que são como que a doença do corpo político<sup>2</sup>. O pensador – caricaturado muitas vezes como aquele que fala do *estado de natureza* como um *estado de guerra* – nada mais quer do que a paz. Tendo em sua retina os males da guerra civil, Hobbes espera contribuir para extinguir as causas de toda revolta ou rebelião. Assim, como toda obra de filosofia política, o texto hobbesiano é também um escrito de intervenção.

Segundo Hobbes, como saímos do *estado de natureza* para garantir a proteção de nossas vidas e a paz, a revolta ou a rebelião são ilegítimas; por princípio, qualquer uma delas põe em perigo a paz civil expondo a vida dos membros de um mesmo corpo político. Sabemos, e não só pelo *Leviatã*, que toda forma de governo é legítima, desde que garanta a paz e a proteção dos súditos. O apreço hobbesiano pela monarquia se dá porque entende que esta seria a forma mais estável de exercício da soberania. De fato, no prefácio de *Do Cidadão*, o próprio Hobbes nos lembra que isto não pode “ser demonstrado, mas apenas enunciado segundo a probabilidade” (HOBBES, 1992, p. 22). Nesse sentido, um cidadão de uma democracia não é menos culpado e condenável do que o súdito de um amonarquia que, de armas em punho, se interpõe ao governo de seu estado quando lhe está garantida a proteção de sua vida e a paz civil.

Porém não será propriamente no *Leviatã* que veremos Hobbes usar com maior força sua artilharia conceitual contra a rebelião e os revoltosos.

2 Com efeito, no *Leviatã*, Hobbes adota com mais ênfase o vocabulário *médico-naturalista*, quer no uso de imagens, quer na exposição dos elementos que gestam a dissolução e enfraquecimento do Estado.

Se compararmos o capítulo que trata do enfraquecimento e da dissolução do estado no *Leviatã* (*capítulo* XXIX, *parte* II) com aqueles que tratam do mesmo tema em *Do Cidadão* e nos *Elementos da Lei Natural e Política*, veremos duas diferenças: uma manifesta e outra mais sutil.

A primeira, a mais palpável, trata do uso que o pensador faz das imagens. Enquanto no *Leviatã* as causas que concorrem para a dissolução do corpo político são quase todas descritas como doenças, assumindo o autor o lugar de médico que classifica patologias para obter um bom diagnóstico, nas outras duas obras (*Do Cidadão* e *Elementos*) as metáforas médicas praticamente inexistem. É vedado o uso de imagens e, por conseguinte, de linguagem metafórica para descrever os males da sedição e as causas da rebelião.

Pode-se indagar: o não uso das imagens e da linguagem metafórica não enfraqueceria o argumento do nosso autor, que tanto busca a sedimentação da paz? Não é mais fácil admoestar os cidadãos dos malefícios da sedição se pintarmos, para eles, um quadro terrível com as cores da crueza delimitado em moldura rubra, apavorando-os de modo que paralisemos seus ânimos para a revolta, isto é, operando completamente no campo *afetivo-passional* e da *imaginação*? Se a resposta parece ser sim, porque, então, Hobbes não faz uso disso nas obras anteriores, como o faz no *Leviatã*?

Tal explicação encontra-se na segunda diferença, aquela mais sutil. Hobbes não faz uso das imagens e da linguagem metafórica em virtude do modo como concebe a eloquência, ou seja, em virtude do modo como concebe a retórica antes do *Leviatã*. De fato, na comparação entre as três obras, a eloquência aparece em *Do Cidadão* e nos *Elementos* como uma das principais causas de rebelião e da sedição, algo que é extremamente nuançado no *Leviatã*.

Sendo assim, está delineado que não bastam apenas paixão e afetos subsumidos no mais forte descontentamento para formar o rastilho de

pólvora da rebelião; sem a eloquência, este rastilho nunca seria aceso. Como a retórica ocupa tal posição e quais são suas implicações para o pensamento político de Hobbes? É preciso, então, voltar para as páginas dos *Elementos da Lei Natural e Política* e suas ressonâncias em *Do Cidadão*.

## II. AS VOZES DA ELOQUÊNCIA SÃO AS ARMAS DA REVOLTA

Quando pensamos em rebelião, revolta ou sedição, vem-nos logo à mente a imagem do descontentamento e de toda passionalidade que o envolve. Os pacíficos sempre seriam calmos e mansos, ao passo que os revoltados são agitados e irritadiços. Desse modo, no *capítulo xxvii* dos *Elementos da Lei Natural e Política* e no *capítulo xii* da *parte II* do *De Cive*, o autor traz à tona tais elementos: são elencadas as primeiras causas que preparam o nascimento da revolta. A principal delas, que é como um tronco do qual saem galhos semelhantes, segundo Hobbes, é a *pretensão de direito* que, em grande parte, deriva de uma má interpretação da lei, expondo os homens a não aceitarem os limites impostos pela fundação do governo civil. Diz ele: “sem essas três coisas: descontentamento, pretensão e esperança não pode haver rebelião (...)” (HOBBES, 2010, p. 164)

Como todos nós pactuamos para a formação do governo civil, todo aquele que vai contra esse pacto por meio da revolta é, no melhor dos casos, um mau intérprete da lei, ou, no pior deles, um insensato. Esta marca da insensatez se deixa entrever no modo como Hobbes caracteriza os rebeldes, de maneira que, nas sedições, a loucura faz par perfeito com a eloquência<sup>3</sup>. A imagem que deve ficar impressa na mente do leitor é a de

3 “Pois a loucura e a eloquência concorrem ambas para subverter o governo” (HOBBES, 1992, p. 217).

que aqueles que se dão o trabalho de se revoltar e participar de rebeliões nunca são bons homens.

Contudo, não basta isso. Conforme aponta Hobbes, é necessário, mais especificamente, um “alguém que (...) açule e incite” (HOBBS, 1992, p. 215) os descontentes, pois o simples descontentamento em comum não seria capaz de aglutinar tais homens com vistas a formar um grupo coeso. O descontentamento tende a permanecer na mera passionalidade individual, uma vez que, neste caso, as paixões se dão por negação, elas se perfazem por uma oposição ao governo: é mais um não querer do que um querer fazer propriamente dito. Se compararmos com aquilo que é dito do *estado de natureza*, enquanto neste as paixões e os desejos são uma afirmação da força e capacidade de cada indivíduo para continuar existindo, na condição de descontentamento que leva à sedição essas mesmas paixões do indivíduo, por sua negatividade originária, fazem-no dar um passo suicida, pois o impediriam de enxergar que, até aquele momento, sua existência foi garantida justamente em virtude da existência do Estado e de seu governo. Em outros termos, a revolta seria, por princípio, sempre desconstituente.

Ela, contudo, só será desconstituente e realmente existente, na perspectiva de quem ocupa o lugar de comando do governo, se for capaz de se constituir minimamente: se houver organização dos descontentes na busca de um objetivo comum. Não por outro motivo, aparece nos *Elementos*, ainda que em um formato reduzido, uma imagem que ficará consagrada na obra mais célebre de Hobbes. Com efeito, ela guarda similaridade entre a figura do Leviatã político enquanto metáfora da formação do estado e o modo como se forma um corpo de rebeldes. O autor nos indica que:

(...) para dispor um homem à rebelião é preciso, em terceiro lugar, a esperança de sucesso, que consiste em quatro pontos: 1- que os



descontentes tenham uma inteligência mútua; 2- que eles sejam em número suficiente; 3- que eles tenham armas; 4 – que eles concorram com o chefe. Esses quatro pontos devem, pois, concorrer para a formação de um corpo de rebelião, no qual a inteligência é a vida, o número, os membros; as armas, a força; e o chefe, a unidade, que os dirige para uma única e mesma ação, (hobbes, 2010, p. 170, grifos nossos).

É preciso, dessa maneira, não apenas que se deem as condições propícias para a revolta, mas que surja aquele que a dirija, que diga o *fiat* através do qual a revolta se torna rebelião, passando da paixão à ação. E, de fato, este *fiat* não é meramente metafórico, trata-se literalmente de palavra, de discurso. Assim, é preciso um cabeça de revolta, um chefe sedicioso, que, por isso, não pode ser um qualquer:

Os autores de rebeliões, isto é, os homens que alimentam nos outros a disposição à revolta, devem necessariamente possuir estas três qualidades: 1- estarem eles mesmos descontentes; 2 – serem homens de juízos e capacidades medíocres; 3 – serem homens eloquentes ou bons oradores (hobbes, 2010, p. 171).

Neste ponto, aqueles que não desconhecem os longos vínculos entre *tradição retórica* e *tradição republicana*<sup>4</sup>, diante desta assertiva de Hobbes nos perguntamos: se todo chefe de sedição, se todo cabeça de rebelião, é necessariamente um bom orador, todo homem eloquente seria um potencial sedicioso? Em outros termos, é a retórica sempre danosa ao corpo político? Algumas páginas antes, Hobbes lançara luz sobre essa questão.

Ao comparar os inconvenientes dos diferentes tipos de governo, cabe a seguinte observação:

4 Sobre tal vinculação, entre tradição retórica e tradição republicana do pensamento político, veja-se: Marc Fumaroli (2002) e Michel Meyer (2007).

(...) em uma multidão de oradores, onde sempre alguém sobressai sozinho, ou um pequeno número de homens, iguais entre si, sobressaem em relação ao resto, esse homem ou esse grupo reduzido deve necessariamente influenciar o todo, de modo que uma democracia de fato não é mais do que uma aristocracia de oradores, interrompida às vezes pela monarquia temporária de um orador (hobbes, 2010, p. 118, grifos nossos).

Esta afirmação engenhosa, ainda mais porque é proferida por um partidário da monarquia, é interessante por mais de um aspecto; contudo, aquele que mais nos interessa aqui é o modo como Hobbes posiciona a retórica: os usos da eloquência. De fato, sua importância não é pequena, pois ela nos é apresentada como meio pelo qual é possível exercer poder de forma constituinte, pois a Democracia aí aparece como uma *multidão de oradores*. Há claramente uma relação direta entre uma determinada forma de governo e a retórica. Porém, seu papel também é desconstituinte, já que a eloquência faz com que a democracia se torne ora uma *aristocracia*, ora uma *monarquia* de fato, restando apenas o nome. O vínculo vital entre democracia e retórica é apontado precisamente como a maior debilidade desta forma de governo, uma vez que depende da eloquência. É o mesmo que depender das paixões dos próprios oradores e das paixões que eles podem suscitar nos outros.

Paixão sobre paixão, restando pouco, ou quase nenhum espaço para a razão. Esse é o motivo pelo qual Hobbes falará dos ditos *estados populares* sempre como espaços de grandes turbulências, rebeliões e sedições. Aqueles *antigos gregos e romanos* que, ao mesmo tempo que enalteciam a eloquência e faziam dela o pilar dos seus regimes políticos, recorriam à força física quando não eram capazes de se pôem acordo por meio dos discursos, de fato eram tão eloquentes quanto sediciosos. Nas lentes de Hobbes, talvez não houvesse algo mais instável e mais semelhante a um barco sem vela

em mar tempestuoso: assim lhe pareciam todas as formas de governo que dependiam da eloquência.

Se tal é o poder da eloquência vista do ponto de vista democrático, já da perspectiva monárquica – forma de governo em que não existem grandes assembleias deliberativas ou meios decisórios que se deem pela concorrência dos discursos – a eloquência será, necessariamente, vista como sediciosa. Esse é o ponto de vista de Hobbes, portanto, a respeito da questão anterior: neste registro, todo bom orador será um potencial sedicioso; todo autor de rebelião é homem eloquente.

Se o ponto de vista assumido por Hobbes é aquele monárquico, e diante dele estão os perigos das rebeliões no interior de um corpo político monárquico, não haverá espaços propícios para a retórica, nos quais ainda sobreviveria a eloquência, visto que não há rebeliões sem bons oradores? Hobbes responde: nas *escolas* e nos *púlpitos* (HOBBS, 1992, p. 216). Neles o discurso religioso não é do tipo demonstrativo, mas sim persuasivo. Não há fala religiosa que não seja pregação. Nas escolas, porque grande parte do que é ensinado sobre política deriva de autores como Aristóteles, Cícero e Sêneca, isto é, de autores engolfados em eloquência.

Assim, Hobbes dá como exemplo um episódio bastante conhecido da história antiga. Ele comenta que:

Salústio notou que em Catilina (que foi o autor da maior sedição já acontecida em Roma) havia *Eloquentiae satis, sapientiae parum*: bastante eloquência, mas pouca sabedoria. E talvez isso tenha sido dito sobre Catilina, enquanto Catilina, mas foi verdade a seu respeito enquanto autor de sedição. Pois a conjunção dessas duas qualidades não fez dele Catilina, mas sim um sedicioso (hobbes, 2010, p. 171).

Dessa maneira, poderíamos dizer que o chefe de rebelião seria um orador excelente, em virtude do manejo das capacidades oratórias, bem como sendo movido ele mesmo pelas paixões do descontentamento, pôde – a partir de si – fazer uso delas em seus ouvintes também descontentes. Como se depreende, a eloquência não cria o quadro passional do nada, mas sabe como tirar melhor proveito dele acrescentando novas paixões e imagens àquelas já existentes.

A partir desse ponto de sua argumentação, Hobbes envereda por uma senda clássica da tradição filosófica – aquela que separa Filosofia e Retórica – para fazer da razão um monopólio bem-sucedido dos filósofos. Ou seja, de um lado temos os *sábios*, do outro, os *oradores*, estes “embusteiros” da passionalidade alheia. Por isso, onde há sabedoria não pode haver eloquência; havendo eloquência, impossível haver sabedoria. Uma cisão abissal na qual não poderia haver meio-termo.

Desse modo, nós o encontraremos repetindo que: “A eloquência nada mais é que o poder de fazer que os outros creiam naquilo que dizemos; e para esse fim devemos tirar proveito das paixões dos ouvintes” (HOBBS, 2010, pp. 172-173). Sabemos que essa é uma definição simplória, para não dizer rasteira, de retórica e eloquência. Hobbes teria, então, no confronto entre filósofos e oradores, acreditado na cisão completa e tomado, por isso, o partido dos filósofos, visto que tomar o lado dos oradores seria correr o risco de estar no partido dos sediciosos.

Apesar de sua tomada de partido em favor dos pretensamente não sediciosos, dois aspectos deste capítulo (o xxvii, dos *Elementos*, “*Das causas da Rebelião*”) deixam entrever as marcas indeléveis que a tradição retórica deixou na formação humanística do autor e que assumem um caráter contraditório no interior dos *Elementos*.

O primeiro deles é a utilização do exemplo de Catilina, que se repete também no *De Cive*. Trata-se de uma sedição contra um governo republicano, cuja derrota será muito cara para a tradição retórica que forma os *studia humanitatis*, da qual Hobbes não é apenas um simples leitor, como nos mostra detalhadamente Skinner por toda obra *Ração e Retórica na Filosofia de Hobbes* (1999). O autor do *Leviatã* teve que buscar um exemplo justamente entre aqueles que condena, a saber, um caso utilizado pelos eloquentes em favor deles.

Se Catilina, o chefe da célebre sedição romana, era bom orador, visto ser chefe de sedição, não menos eloquente era Cícero, que o denunciou nas memoráveis *Catilinárias*, discursos que dirigiu tanto ao senado romano quanto ao povo da cidade: “até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?” (CÍCERO, 1952, p. 215). Logo, se são eloquentes os líderes de sedições, também devem sê-lo aqueles que as combatem. Por conseguinte, poderia haver um tipo de eloquência que, ao invés de estar sempre do lado da revolta e da sedição, ajudaria na manutenção da paz. No caso, seria uma eloquência não desprovida de sabedoria. Por isso, no *De Cive*, Hobbes dá um passo atrás em relação a essa posição – que separa completamente a Filosofia da Retórica; os oradores, da racionalidade – para tanto subsumindo um aspecto da Retórica na Lógica. Assim, no *De Cive*, se não há propriamente dois tipos de eloquência, ela possuiria – pelo menos – dois aspectos; e um deles não é danoso. Contudo, isso não ocorre nos *Elementos*.

Se o exemplo histórico de Catilina, utilizado nos *Elementos*, nos mostra o bom e o mau uso da eloquência para se contrapor à sedição, porque seria ainda mais necessário usar a eloquência para combater a sedição, ainda que não estejamos em uma república – governo por excelência dos oradores, como é o caso da Roma do exemplo histórico? Em outras palavras, por que não é possível abandonar completamente a retórica no

interior do pensamento político? Leiamos mais uma vez os *Elementos*: “(...) para demonstrar e ensinar a verdade, é preciso longas deduções e muita atenção, o que é desagradável ao ouvinte (...)” (HOBBS, 2010, p. 173). Se, de fato, é sempre assim, os bons homens que buscam a paz por meio da correta filosofia estão sempre em desvantagem em relação aos eloquentes rebeldes. Pois

o poder da eloquência é tal que muitas vezes um homem é levado a acreditar que sente uma dor aguda e um prejuízo quando nada sente, e a enfurecer-se e indignar-se sem nenhuma outra causa além daquilo que se encontra nas palavras e na paixão do orador (hobbes, 2010, p. 173).

Neste quadro, além de desvantagem, capacidades de atuação reduzidas para o pensador político que pensa ser possível abandonar completamente as determinações retóricas. Não se pode deixar de ser eloquente, mesmo que de forma temperada pela Filosofia. Se a Retórica não pode constituir os alicerces da verdadeira ciência política, caminhar sem ela é fazer-se mudo, quando mais é preciso falar: é gritar – e não ser ouvido – entre as auguras da guerra civil e do ódio coletivo entre os cidadãos.

### III. À GUIA DE CONCLUSÃO:

#### A INCONTORNÁVEL RETÓRICA E OS LABIRINTOS DA POLÍTICA

Com efeito, no meio das sedições, em que o ato de adesão ou não a um dos lados do conflito pode custar a própria vida, quem perderia tempo dando atenção a deduções, que, além de longas, são desagradáveis? É como se o orador rebelde fosse aquele amigo que nos convidasse para sair no meio da noite prometendo perfeito divertimento: boa comida, boa bebida e boa companhia, apesar do trabalho de termos que nos arrumar para segui-

-lo; o sábio e pacato inquiridor da verdade seria aquele outro amigo que, desejando que fiquemos em casa com ele, não nos promete nada melhor além de nos poupar a fadiga.

Podemos inferir a contradição no trato hobbesiano da retórica nos *Elementos*: ao mesmo tempo que renega a retórica, faz-nos ver – o tempo todo – o poder, a capacidade e as vantagens da eloquência. Se o próprio autor busca em seus propósitos barrar as sedições de seu corpo político, por que não usar os meios mais rápidos e aparentemente mais eficazes para atingir o convencimento dos leitores, que além disso são seus concidadãos? Ou seja: por que não fazer uso da eloquência?

Isso demandaria um passo quase radical, pois seria preciso que o próprio autor se reconhecesse como um orador, assumindo para si a figura do homem eloquente para quem o seu texto político não é apenas uma obra de demonstrações verdadeiras, mas também um discurso retórico. Em outras palavras, seria preciso desfazer o fosso entre *sabedoria* e *eloquência*, aceitando a ideia de que ser eloquente não é – necessariamente – ser um sedicioso, um revoltoso potencialmente ativo. São contradições que o autor só resolverá no *Leviatã*; neste último, a eloquência não espera nem mesmo a primeira página do livro, ela está já no frontispício e no próprio título da obra.

## HOBBS AND THE PASSIONS OF REBELLION

ABSTRACT: As a continuation of our studies regarding the use of rhetoric in the thought of Thomas Hobbes, the present study deals with the relation between eloquence, passions and rebellion in *The Elements of Law, Natural and Politic*. Thus, it is explained how the leaders of sedition and rebellion are necessarily, according to Hobbes, “eloquent men”. The aim is not only to separate the rhetorical tradition from the foundation of political sciences, but also to point out the supposed damages caused by orators in civil life. Therefore, the conflicting and often contradictory relation between demonstration and persuasion in the politics of the 17th century is questioned, as well as the binding and constitutive role of passions.

KEYWORDS: Rhetoric, politics, eloquence, passion, rebellion.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÍCERO. (1952). *Orações*. Trad. Br. Antônio Joaquim. São Paulo: W. M JACKSON INC.

FUMAROLI, M. (2002). *L'Età dell'eloquenza*. Trad. it. Emma Bas, Margherita Botto, Graziella Cillario. Milano: Adelphi Edizioni.

HOBBS, T. (1992). *Do Cidadão*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2010). *Os Elementos da Lei Natural e Política*. Trad. Bruno Simões. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (1979). *Leviatã*. Col. Os Pensadores. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Niza da Silva. São Paulo: Abril Cultural.

MEYER, M. (2007). *A Retórica*. Trad. br. Marly N. Peres. São Paulo: Ática.

SKINNER, Q. (1999). *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP.